



PROJETO DE LEI Nº 1186 DE 11

1ª PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DE
 2ª PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DE
 3ª PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DE
 4ª PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DE

REDAÇÃO / 02 / 2020

EM _____ / _____ / 20__

1º Secretário

DE 11 DE Dezembro DE 2019.

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FILHOS DE TRINDADE – AFITE inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 32.688.199/0001-89, com sede no município de Trindade – GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM _____ DE _____ DE 2019.

KARLOS CABRAL- PDT
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa declarar de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO FILHOS DE TRINDADE – AFITE**, com os fins que especifica.

A associação tem por objetivo prestar serviços nas áreas de saúde e em prol das comunidades menos assistidas, com a finalidade de promover a assistência social, nas áreas jurídicas e de moradia, de educação gratuita com o desenvolvimento de atividades, programas e cooperação de ensino e pesquisas, promoção gratuita de saúde, de forma complementar as ações de saúde pública, desenvolvimento econômico e social do município de Trindade, com a elaboração de programas e projetos de governança e a integração do setor governamental com a iniciativa privada, atividades desportivas com o desenvolvimento de ações programas e projetos na área do esporte e lazer, fiscalização das atividades políticas do município, envolvimento econômico e social, fomento ao turismo na região do município.

A AFITE se dedicará às atividades por meio de elevar a qualidade de vida da população vulnerável, por meio de ações de saúde, educação, desenvolvimento pessoal e comunitário, sem qualquer forma de discriminação.

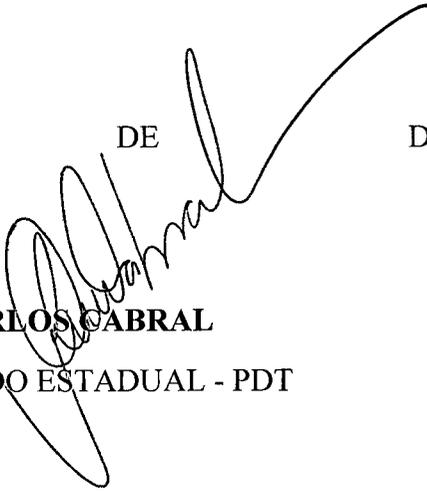
Diante do exposto, entendemos que seja uma medida de grande relevância social a presente propositura, para que a entidade que continuar a desenvolver medidas, ações e projetos que visem reivindicar benefícios, defender, lutar e zelar pelos interesses comuns de nossa comunidade.

Solicitamos a aprovação pelos Ilustres pares da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

SALA DAS SESSÕES, EM

DE

DE 2019.


KARLOS CABRAL

DEPUTADO ESTADUAL - PDT



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO
32.688.199/0001-89
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
17/01/2019

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO FILHOS DE TRINDADE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
AFITE

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
85.91-1-00 - Ensino de esportes
85.92-9-01 - Ensino de dança
85.92-9-03 - Ensino de música
85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-04 - Atividade odontológica
86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R LUIZ ALVES DE CARVALHO

NÚMERO
191

COMPLEMENTO
QUADRA08 LOTE 10

CEP
75.390-200

BAIRRO/DISTRITO
VILA SANTA INES

MUNICÍPIO
TRINDADE

UF
GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
AFITETRINDADE@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(62) 9979-4846

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
17/01/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/11/2019 às 23:10:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



João Trizale Nogueira . 99979 4846

Nossa Bandeira é o Amor!



AAFITE – Associação Filhos de Trindade

Foi fundada em 2018, é uma instituição filantrópica, especializada em saúde e serviços voltados a comunidade menos assistida.

Fruto de um sonho coletivo de um grupo integrado por empresários e profissionais liberais que buscam uma nova realidade e igualdade social.

Com o propósito de levar ajuda humanitária, proporcionado sempre atendimentos humanizados e prestação de serviços médicos e sociais de altíssima qualidade.

Nossa MISSÃO:

Contribuir para elevar a qualidade de vida da população vulnerável e menos assistida, por meio de ações nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento pessoal e comunitário, sem qualquer forma de discriminação.

Nossa VISÃO:

Ser referência de entidade filantrópica reconhecida pela sociedade, buscando sempre um atendimento humanizado, demonstrando amor às pessoas por meio de nossos atos.

VALORES:

Ética, transparência e responsabilidade em nossas ações e relações;

Independência para agir segundo os ideais da organização;

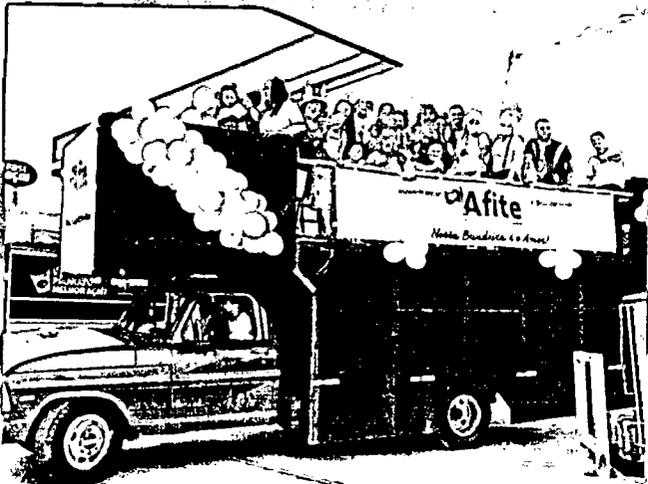
Valorização das parcerias e do trabalho voluntário;

Respeito pela diversidade;

Inovação.

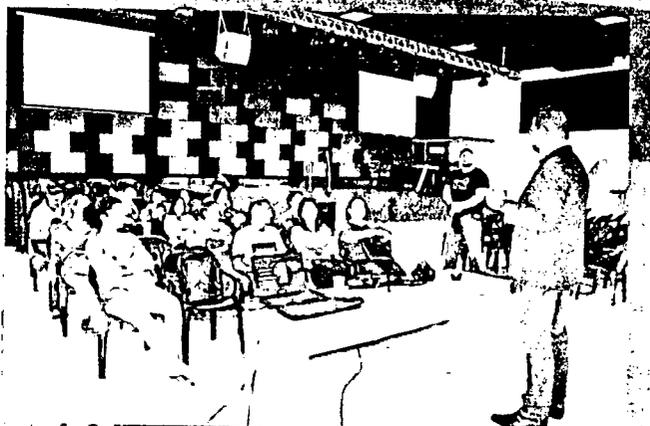
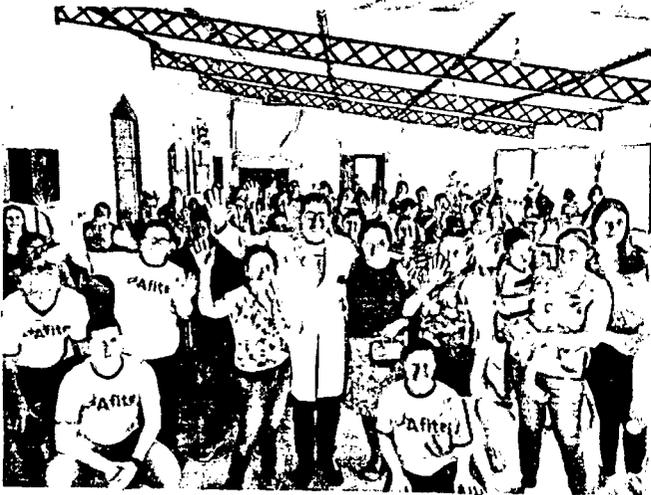
Nossa Bandeira é o Amor!

Evento Dia das Crianças



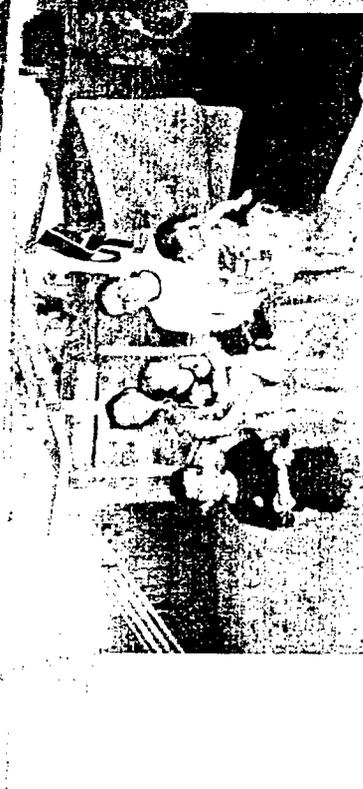
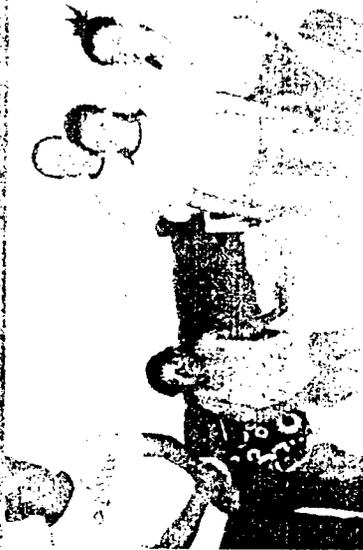
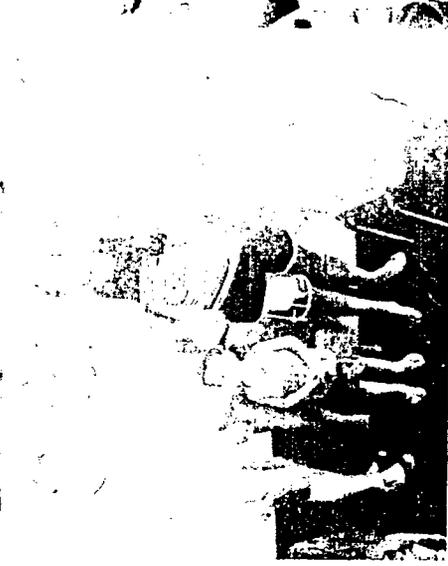
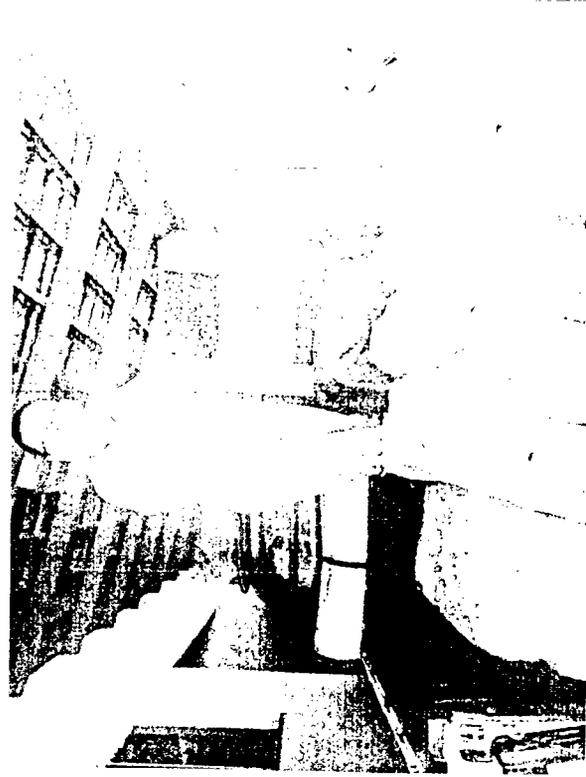
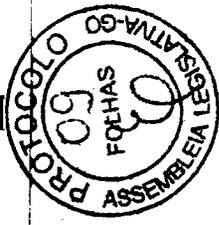
Nossa Bandeira é o Amor!

Mutirão de Saúde

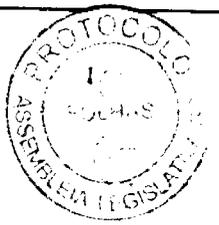


Nessa Bandeira é o Amor!

Entrega de Cestas Básicas



Nossa Bandeira é o Amor!



Palavras do Presidente

Ao tocarmos a vida de alguém com amor,
tocamos também as vidas que,
indiretamente estão conectadas a ela.

"O bem que se faz a um abraça muitos."

João Majra



Médico Voluntário e

Vice-presidente da AFITE.

Dr. Rogério Taveira

Nossa Bandeira é o Amor!

Siga-nos nas Redes Sociais: f @ @associacaoafite

Visite nosso site: www.afite.org.br Informações: ☎ 62. 99576-3001



ATA DE ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE TRINDADE - AFITE

Aos 12 dias de dezembro de 2018, 20:30 horas, em segunda convocação, realizou-se na Rua Luiz Alves de Carvalho, n. 191, qd. 8, lt. 10, Vila Santa Inês, Trindade, Goiás, CEP 75390-200, a assembleia geral de constituição da Associação Filhos de Trindade, com a presença registrado na lista de presença anexa, denominados como Associados Fundadores, contando ainda com a presença do advogado Luiz Fernando Rodrigues Tavares, OAB/GO 17249. Foi eleito para presidir os trabalhos o Sr. João Marcelo Gomes da Silva Mafra, que convidou o Sr. Rogério Taveira Miguel, para secretariar os trabalhos e o Sr. Luiz Fernando Rodrigues Tavares, para assessorar juridicamente a condução dos procedimentos.

Iniciando os trabalhos, o presidente leu a convocação expedida para a constituição de uma associação de fins não econômicos, com a denominação Associação dos Filhos de Trindade.

Os presentes aprovaram, por unanimidade, a constituição imediata da associação, com registro dos atos constitutivos, definindo como contribuição o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) mensais. Os associados aprovaram, por unanimidade, a denominação de Associação dos Filhos de Trindade - AFITE, com sede a rua Luiz Alves de Carvalho, n. 191, qd. 8, lt. 10, Vila Santa Inês, Trindade, Goiás, CEP 75390-200.

Após lida a minuta do estatuto social, os mesmos foram aprovados a unanimidade.

Em seguida, os associados votaram para a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal, com mandato de dois anos, iniciando-se em 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020:

Diretoria

Presidente: João Marcelo Gomes da Silva Mafra, RG 3421287 SSP/GO, CPF/MF 705.860.201-87, residente e domiciliado na rua 18, n. 242, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;

Diretora Administrativo-Financeiro: Joarla Tereza Moraes, RG 4197820 SSP/GO, CPF/MF 963.795.531-34, residente e domiciliado na rua C-55, n. 71, Bloco C, apt. 304, Setor Sudoeste, Goiânia, Goiás, CEP 74.305-440, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;

Diretor Social e de Ações Integradas: Rogério Taveira Miguel, RG n. 6418 CRM/GO, CPF/MF 006.331.407-08, residente e domiciliado na rua 13, n. 210, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;

Diretor de Relações Institucionais: Joarlana Moraes Sales, RG n. 4981338 DGPC/GO, CPF/MF 021.184.991-08, residente e domiciliado na rua 18, n. 242, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;

Conselho Fiscal:

Presidente: Analder Brandão Silva, RG 3411792 SESP/GO, CPF/MF 863.514.351-53, residente e domiciliado na avenida das Paineiras, qd. 93, lt. 6, s/n, Setor Ponta Kayana, Trindade, Goiás, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE - GO

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS DE TRINDADE-GO

Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - Goiás

João Augusto D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

Diogo Oliveira D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

3608490328 - Consulte

0478

http://www.tribunal.jus.br/seio

Autenticado a presente fotocópia por conferir com original

que me foi apresentada

CARTÃO OFICIAL TRINDADE-GO

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE - GO

Membro Titular: Marcio de Souza Guedes, RG 3366010 SPTC/GO, CPF/MF 925.947.431-00, residente e domiciliado na rua 33, n. 148, qd. 144, lt. 20, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;
 Membro Titular: Jorge Henrique Alves Borges, RG 2538991 SSP/PB, CPF/MF 008.960.534-90, residente e domiciliado na rua da Constituição, n. 449, Vila Jardim Salvador, Trindade, Goiás, CEP 75338-436, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;
 Primeiro Suplente: Lucas Fernandes Peres, RG n. 6046869 SSP/GO, CPF/MF 701.475.161-10, residente e domiciliado na rua 9, s/n, bl. 13, apto. 104, Chácara Santa Luzia, Trindade, Goiás, CEP 75387-210, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;
 Segundo Suplente: Victor Hugo Dias Ferreira, RG n. 6164845 SSP/GO, CPF/MF 025.059.121-90, residente e domiciliado na Alameda dos Braz, qd. 1, lt. 2, Vila João Braz, Trindade, Goiás, CEP 75380-000, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;
 Terceiro Suplente: Marina Leocádio Ortolani, RG 4657789 SSP/GO, CPF/MF 730.101.971-87, residente e domiciliado na rua Honorato Pereira Lopes, qd. B, lt. 2, s/n, Chácara 2, Chácaras Estâncias Aroeiras, Trindade, Goiás, mandato de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2020;

Por fim, o presidente eleito fez uso da palavra, agradecendo sua eleição e dizendo dos grandes desafios que virão. Nada mais havendo, mandou o senhor Presidente que a presente ata fosse encerrada às 22:00 horas, que depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Presidente da assembleia João Marcelo Gomes da Silva Mafra e por mim secretário.

João Marcelo Gomes da Silva Mafra

Luiz Fernando R. Taveira
OAB-GO 17,249

Rogério Taveira Miguel

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alcântara Costa Tabelião e Oficial
Diego Oliveira D'Alcântara Costa Tabelião e Oficial Escrivente

0478191128683608480330 - Consulte
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/seio>

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado) *****
Dou. Fe. 0084 43537A. Trindade-GO, 06 de dezembro de 2019.

Em Teste
Elaine Martins de Aguiar - Escrevente da Verdade.

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - TÍTULOS - DOCUMENTOS - PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
CIDADE TRINDADE GOIÁS - FONE: (62) 3505-1441 - (62) 3505-6125 - Geraldo Saldanha Pimenta Júnior - Tabelião
Rua Moisés Batista - nº 75 - Centro - e-mail: cartorio2@trindade.tjgo.jus.br

Selo: 05011503041740132000058
Protocolo: 30.070 Registrado: 633
Livro: A-56 Folha(s): 27 a 56
Trindade-GO, 17 de janeiro de 2019.
Em Teste Verdade.



ESTATUTO SOCIAL ASSOCIAÇÃO FILHOS DE TRINDADE - AFITE

CAPÍTULO I - Da Denominação, Prazo, Natureza e Sede

Art. 1º - A Associação Filhos de Trindade, doravante denominada AFITE, é uma entidade civil de interesse social, sem finalidade econômica, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, com prazo indeterminado

Art. 2º - A AFITE tem sede na rua Luiz Alves de Carvalho, n. 191, qd. 8, lt. 10, Vila Santa Inês, Trindade, Goiás, CEP 75390-200.

Capítulo II - Das Finalidades

Art. 3º - Os objetivos sociais da AFITE são:

- promoção de assistência social, nas áreas jurídica e de moradia;
 - promoção gratuita da educação, com o desenvolvimento de atividades, programas e cooperação do ensino e pesquisa;
 - promoção gratuita da saúde, de forma complementar as ações de saúde pública;
 - promoção do desenvolvimento econômico e social do Município de Trindade, com a elaboração de programas e projetos de governança e a integração do setor governamental com a iniciativa privada;
 - promoção as atividades desportivas com o desenvolvimento de ações, programas e projetos na área do esporte e lazer;
- fiscalização das Atividades Políticas no Município de Trindade; envolvimento econômico e social;
- f) fomento ao Turismo na região do Município de Trindade.

§ Único - É expressamente vedado a participação da AFITE em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 4º - A AFITE atua prioritariamente na região do Município de Trindade, contudo não se limita a respectiva região.

Art. 5º - A AFITE, para consecução de suas finalidades, poderá firmar parcerias com entidades civis, entes públicos, no âmbito federal, estadual e municipal, órgão do Poder Judiciário e Legislativo.

CAPÍTULO III - Dos Princípios

Art. 6º - A AFITE rege-se pelos seguintes princípios:

- legalidade, com observância estrita da legislação vigente e cumprimento do estatuto social;
- impressoalidade, com atendimento a todas as pessoas que necessitam dos serviços da AFITE, sem qualquer distinção, e livre associação, exceto nos casos expressamente vedados por este estatuto;
- moralidade, com adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE - GO

Em Teste

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS DE TRINDADE-GO
Rua Maquês Batista, 199 - Centro - CEP 75398-708 - Trindade-GO
José Aquino D'Alencar Costa
Tabelião e Oficial

04781911728683609490331 - Consulte
<http://extrajudicial.lisgo.jus.br/seio>

Autentico a presente fotocópia por conferir com original que foi apresentado.

Dou. 0064.433389. Trindade-GO, 06 de dezembro de 2019.

Diogo Oliveira D'Alencar Costa
Tabelião e Oficial

da Verdade



coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

- d) publicidade, divulgação de suas atividades em órgãos da imprensa e com a disponibilização destes dados a toda a comunidade;
- e) economicidade, com a contratação de compras e a prestação de serviços, por meio de processo de tomada de preços, respeitados os valores praticados no mercado;
- f) eficiência, visando cumprir suas atividades com grande abrangência de pessoas e com foco nos resultados.

§ Único - Visando fiscalizar e incentivar o cumprimento dos princípios e regras internas, a AFITE instituirá programa de compliance, com auditorias independentes com periodicidade mínima de um ano.

CAPÍTULO IV - Dos Órgãos Deliberativos e Fiscais

Art. 7º - São órgãos da AFITE:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

Art. 8º - Não é permitida a acumulação de funções nos órgãos da AFITE.

Art. 9º - É permitida a participação de servidores públicos na composição do conselho fiscal ou da diretoria da AFITE.

Art. 10 - Somente é permitida a remuneração para os diretores da AFITE que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Art. 11 - São inelegíveis para o desempenho de funções e cargos eletivos nos órgãos da AFITE, os associados:

- a) inadimplentes na prestação de contas na própria entidade;
- b) afastados de cargos públicos efetivos ou de confiança em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária;

Art. 12 - Sempre que vagar um cargo na AFITE, o seu substituto completará o tempo restante do mandato.

Art. 13 - Nenhum membro poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo superior a 90 (noventa) dias.

SEÇÃO I - Da Assembleia Geral

Art. 14 - A Assembleia Geral será constituída por todos os associados, sendo o órgão de deliberação coletiva da AFITE.

§ 1º. Nas Assembleias, cada associado terá direito a voto.

§ 2º. Só poderão participar das Assembleias, os associados que estiverem em pleno gozo de seus direitos políticos e de associados.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE-GO

Em Teste

da Verdade.

0478191129653809480332 - Consulte
<http://extrajudicialtjgo.jus.br/selo>
Autentico a presente fotocópia por conferir com original
que me foi entregue.
Dout.º 006 - 35365. Trindade-GO, 06 de dezembro de 2019.

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMOVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

Diego Oliveira D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial Substituto

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE-GO

CARTÓRIO

Luiz Fernando R. Tavares
17.249

Art. 15 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de abril para:

I - Anualmente:

- conhecer e julgar as contas da Diretoria, relativas ao exercício anterior, devidamente instituídas com o parecer do Conselho Fiscal;
- decidir a respeito de qualquer matéria incluída no edital de convocação.

II - Bienalmente:

- para eleger a diretoria da AFITE e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

Art. 16 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- Oreencher os cargos vagos, caso o substituto do membro eleito não possa assumir a vaga do titular;
- destituir, mediante voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados, qualquer membro dos órgãos da AFITE;
- aprovar ou não a concessão de títulos honoríficos, conforme previsto neste Estatuto;
- autorizar o Presidente da AFITE, mediante proposta da Diretoria instruída com parecer do Conselho Fiscal, adquirir, alienar ou gravar bens imóveis;
- reformular o Estatuto por iniciativa do Presidente da AFITE, mediante o voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados;
- decidir a respeito da extinção ou fusão da entidade e destinação de seus bens, pelo voto da unanimidade dos presentes, exigido "quórum" de 2/3 (dois terços) dos associados.

Art. 17 - A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da AFITE e obedecerá aos seguintes critérios:

- com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de sua realização, quando se tratar de reuniões anuais, para decisão na forma prevista do inciso I do Art. 15 deste Estatuto;
- Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data marcada para a realização da Assembleia Geral eletiva, conforme previsto no inciso II do Art. 15 deste Estatuto.

Art. 18 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á através de Edital publicado em órgão da imprensa e encaminhado aos associados através de Circular (art. 22º, inciso III, da Lei 9.615/98) comunicando a forma, finalidade, dia, mês, data, hora da primeira convocação ou segunda convocação e local com endereço completo, coma a antecedência prevista nos itens "a" e "b" do Art. 17 deste Estatuto.

§ 1º. Os candidatos a Diretoria e membros do Conselho Fiscal deverão ser registrados na Secretaria da AFITE, até no mínimo 5 (cinco) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral, conforme previsto no Inciso II do Art. 15.

§ 2º. Para efeito da contagem de prazo a que se refere o parágrafo anterior não será levado em consideração o dia em que se realizará a Assembleia Geral.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Tribunal - GO

que me foi apresentado.
Data: 09/06/2019. Trindade-GO, 08 de dezembro de 2019.

04781911280553609490333 - Consulte
<http://portaljudicial.tjgo.jus.br/seio>
Autê a presente fotocopia por conferir com original

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMOVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade-GO
José Augusto D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

Diogo Oliveira D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TRINDADE-GO

Luiz Fernando R. Tavares
17 249



§ 3º. Somente serão consideradas válidas as inscrições que se apresentarem completas, ou seja, com o nome do Presidente e dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

Art. 19 - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, em segunda e última convocação com qualquer número, salvo nas hipóteses em que é exigido "quórum" especial.

Art. 20 - A Assembleia Geral não poderá deliberar sobre matéria estranha à Ordem do Dia.

Art. 21 - As eleições previstas no Art. 15, inciso II, serão realizadas por escrutínio ou por votação nominal em aberto.

Art. 22- Nas Assembleias Gerais, o Presidente da AFITE, ou seu substituto eventual, abrirá a reunião, escolhendo um de seus membros presentes para secretariar os trabalhos, que ficará responsável pela lavratura da ata.

Art. 23 - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente por iniciativa do Presidente da AFITE, do Conselho Fiscal ou por solicitação escrita de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados que estejam em pleno gozo de seus direitos.

SEÇÃO II - Da Diretoria

Art. 24 - A Diretoria da AFITE é constituída pelo Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Social e de Ações Integradas e Diretor de Relações Institucionais, eleitos na forma do Art. 15, inciso II, deste Estatuto com mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

Art. 25 - Competem ao Presidente, além de outras atribuições previstas neste Estatuto:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e decisões emanadas da Assembleia Geral;
- b) coordenar, supervisionar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, financeiras e operacionais da Associação;
- c) apresentar à Assembleia Geral, o relatório da sua administração do exercício anterior, juntamente com o balanço do movimento econômico, instruído com parecer do Conselho Fiscal;
- d) convocar os poderes e órgãos internos da Associação;
- e) convocar o Conselho Fiscal;
- f) autenticar os livros da Associação;
- g) abrir créditos adicionais, mediante parecer do Conselho Fiscal;
- h) assinar juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro os cheques e outros documentos que constituem obrigações financeiras;
- i) presidir as reuniões de Diretoria com direito a voto, inclusive, o de qualidade no caso de empate;
- j) apresentar 30 (trinta) dias antes do encerramento de cada exercício a proposta orçamentária à Diretoria para vigorar o exercício seguinte;

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE - GO

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alcântara Costa
Apelido e Oficial
Diogo Oliveira D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial Substituto

04781911298553609490334 - Consulte
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/seio>

Autêntico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. *****
Dou 16, *0084 *435379 / Trindade - GO, 06 de dezembro de 2019.

- k) representar a AFITE, ativa e passivamente, nas esferas judicial e extrajudicial, podendo constituir procuradores se o interesse assim o exigir;
- l) celebrar convênios e acordos em benefício da AFITE;
- m) praticar todo e qualquer ato necessário ao bom desempenho de seu mandato, dando conhecimento à Diretoria.

Art. 26 - Competem ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- a) substituir o Presidente, interinamente, com poderes inerentes ao Cargo, previstos neste Estatuto;
- b) zelar pela conservação dos bens móveis e imóveis da AFITE;
- c) redigir e assinar com o Presidente os atos das sessões da Diretoria;
- d) admitir, suspender, demitir, aplicar penalidades aos colaboradores e/ou associados da AFITE;
- e) dirigir e orientar os serviços patrimoniais e financeiros da AFITE, incluindo os da tesouraria, contabilidade e almoxarifado;
- f) determinar o cronograma financeiro da AFITE;
- g) apresentar ao Presidente, até o dia 15 de janeiro de cada ano o relatório das atividades de sua área de atuação do ano anterior, bem como o balanço anual da AFITE;
- h) apresentar trimestralmente à Diretoria, os balancetes da AFITE;
- i) promover o pagamento das despesas autorizadas pelo Presidente da AFITE;
- j) assinar com o Presidente os cheques e documentos que se relacione com as obrigações da Associação;
- k) propor e dar parecer à Diretoria, sobre a compra de bens móveis e imóveis;
- l) elaborar, até 1º de dezembro do ano em vigência, o orçamento do ano seguinte;
- m) manifestar-se sobre a distribuição de verbas;
- n) opinar sobre vencimentos e salários de colaboradores.

Art. 27 - Competem ao Diretor Social e de Ações Integradas:

- a) coordenar e supervisionar a organização e divulgação dos eventos sociais e ações integradas da AFITE;
- b) elaborar planos estratégicos de publicidade e propaganda para divulgação e promoção da AFITE;
- c) organizar, planejar, dirigir e divulgar a execução dos eventos sociais e das ações integradas da AFITE;
- d) propor o calendário oficial de eventos e ações integradas da AFITE;
- e) fiscalizar o cumprimento, por parte dos associados, das regras oficiais;
- f) apresentar ao Presidente até o dia 15 de janeiro de cada ano o relatório das atividades de sua área de atuação no ano anterior;
- g) elaborar o calendário anual das atividades sociais e ações integradas da AFITE;

Art. 28 - Competem ao Diretor de Relações Institucionais:

- a) promover e divulgar a AFITE perante as entidades públicas e privadas;

Luiz Fernando R. Torres
OAB-GO-17.249

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE - GO

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alencastro Costa
Tabelião e Oficial

047819117286583609490335 - Consulte
<http://extrajudicial.jus.br/selo>
Autêntico a este fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. *****
Doc. nº. 0094.435383/Trindade-GO, 06 de dezembro de 2019.



- b) buscar patrocínios privados e verbas públicas para o custeio da AFITE;
- c) representar a AFITE perante organizações sociais e entidades públicas;
- d) firmar contratos e parcerias com as entidades públicas e privadas.

Art. 29 - A Diretoria reunir-se-á, semestralmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, deliberando sempre com a presença de seus Membros, por maioria simples, para tratar dos assuntos de sua competência, na forma deste estatuto.

Art. 30 - Os membros da Diretoria não respondem solidariamente pelas obrigações que contraírem em nome da AFIT, na prática de ato regular de sua gestão, mas assume responsabilidade pelos prejuízos que der causa em virtude de infração de lei.

SEÇÃO III - Do Conselho Fiscal

Art. 31 - O Conselho Fiscal, órgão dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas pela AFIT, será constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º. Competem ao Conselho Fiscal:

- a) examinar trimestralmente os livros, documentos e balancetes;
- b) apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento econômico e financeiro da AFITE;
- c) opinar sobre a cobertura de créditos adicionais ao orçamento;
- d) opinar sobre as operações patrimoniais da AFITE;
- e) denunciar à Assembleia Geral erros administrativos financeiros ou qualquer violação no Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive, para que possa em cada caso exercer a sua função fiscalizadora;
- f) convocar a Assembleia Geral quando ocorrer motivo grave e urgente.

§ 2º. O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus membros efetivos.

§ 3º. O Conselho Fiscal se reunirá uma vez por semestre e extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente da AFITE, pela Assembleia Geral ou por um de seus membros.

§ 4º. Não poderá ser membro do Conselho Fiscal ascendente, descendente, cônjuge, ou colateral até 4º grau consanguíneo ou por afinidade do Presidente ou da Diretoria da AFITE.

§ 5º As funções de membro do Conselho Fiscal são incompatíveis com o exercício de qualquer outro cargo na AFITE.

Capítulo V - Dos Associados

Art. 32 - Os associados da AFITE são pessoas físicas e jurídicas, e são divididos nas seguintes categorias:

- a) fundadores, as pessoas físicas e jurídicas que assinaram os atos constitutivos da AFITE, no ato de sua constituição;

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TRINDADE - GO

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

0478191129853808480338 - Consulte
<http://ext1.alijus.br/seio>
Atentico a gente fotocopia por conferir com original
que me foi apresentado. *****
Doutor José Augusto D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial Substituto

0478191129853808480338 - Consulte
<http://ext1.alijus.br/seio>
Atentico a gente fotocopia por conferir com original
que me foi apresentado. *****
Doutor José Augusto D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial Substituto



[Handwritten signature]
Sr. Fernando R. Tavares

[Handwritten signature]

- b) efetivos, as pessoas físicas e jurídicas que venham a ser admitidas na AFITE após o registro deste Estatuto no órgão competente;
- c) colaboradores, as pessoas físicas e jurídicas que venham a ser admitidas na AFITE e fizerem opção por um vínculo de natureza provisória;
- d) beneméritos, as pessoas físicas e jurídicas que venham a ser admitidas na AFITE em razão dos trabalhos realizados e das contribuições realizadas.

Art. 33 - São direitos dos associados:

- a) participar das assembleias gerais com direito a voto;
- b) sugerir e submeter temas e ações de interesse da AFITE para serem debatidos e discutidos pela assembleia geral;
- c) utilizar os convênios e acordos celebrados pela AFITE com empresas prestadoras de serviços, indústria e comércio em geral (ex.: hotéis e pousadas, restaurantes, clínicas médicas, etc.).

Art. 34 - São deveres dos associados:

- a) cumprir o estatuto social, o regimento interno da AFITE e suas normas internas;
- b) pagar pontualmente a contribuição para sua manutenção e os rateios deliberados pela assembleia geral;
- c) cooperar para o desenvolvimento da AFITE e para a consecução de suas finalidades;
- d) zelar pela salvaguarda do patrimônio da AFITE.

Art. 35 - O número de associados é ilimitado, sendo proibida qualquer distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, profissão, convicção política ou religiosa para sua admissão.

§ Único - A condição de associado benemérito será conferida pela Diretoria, em reunião de seus membros.

Art. 36 - Os associados, que não cumprirem as determinações do estatuto, de seu regimento interno ou das demais normas internas, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - suspensão, por prazo de até dois anos;
- III - exclusão do quadro social.

§ 1º. As penas serão aplicadas:

- I - pela Diretoria, em casos de penas de advertência ou suspensão;
- II - pela assembleia geral, em caso de pena de exclusão.

§ 2º. A pena de exclusão será aplicada ao associado que cometer falta grave, assim entendida a conduta culposa ou dolosa de que resulte prejuízo moral ou material à AFITE, assegurado ao associado prazo de quinze dias para apresentar defesa com as provas que entender plausíveis.

Art. 37 - Os associados não respondem, solidariamente ou subsidiariamente, pelas obrigações sociais da AFITE.

Capítulo VI - Do Patrimônio e das Fontes de Recursos

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
TABELÃO - GO

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto P. Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

0478191129853609490337 - Consulte
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

Autêntico
que me foi apresentado
Dout. Te. 0064 4335354 / Trindade - GO, 06 de dezembro de 2018.

Diogo Oliveira P. Alcântara Costa
Tabelião e Oficial Substituto



[Signature]
Luiz Fernando R. TAVARES

[Signature]

Art. 38 - As fontes de recursos destinados ao custeio da AFITE são:

- a) doação de pessoas físicas e jurídicas;
- b) verbas públicas;
- c) honorários pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 39 - Eventuais sobras serão integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, não se permitindo a distribuição destas sobras a qualquer título.

Art. 40 - O patrimônio da AFITE se constitui de bens móveis e imóveis adquiridos ou doados.

§ Único - Os bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria com o Poder Público serão gravados com cláusula de inalienabilidade.

Art. 41 - Em caso de dissolução da AFITE, seu patrimônio disponível será transferido a outra associação qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos das leis federais e estaduais, preferencialmente com o mesmo objeto social da AFITE.

§ Único - No caso da AFITE receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e perder referida qualificação, seu patrimônio disponível será transferido a outra associação qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos das leis federais e estaduais, preferencialmente com o mesmo objeto social da AFITE.

Capítulo VII - Do Regime Financeiro e Da Prestação de Contas

Art. 42 - O ano fiscal da AFITE corresponderá ao ano civil.

Art. 43 - A prestação de contas da AFITE deve observar as seguintes regras:

- a) observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) publicação do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da AFITE, incluindo-se as certidões negativas juntos ao INSS e ao FGTS, em jornal local e no sítio eletrônico da AFITE, bem como a disponibilização destas informações, na sede da AFITE, para exame de qualquer cidadão;
- c) realização de auditorias independentes no tocante a aplicação de eventuais recursos objeto de parcerias com o Poder Público.

§ Único - O dever de prestar contas estende-se ao Poder Públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, caso a AFITE receba verbas públicas destes entes políticos.

Capítulo VIII - Da Dissolução e Da Reforma do Estatuto

Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249

REGISTRO CIVIL DE NEGÓCIOS JURÍDICAS
TRINDADE - GO

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial

04781911289563609490336 - Consulte
<http://judicial.tlgo.jus.br/seio>

Autêntico - A presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. *****
Dout.º. *0064.435380/Trindade-GO, 06 de dezembro de 2019.



[Handwritten signatures]



Art. 44 - A AFITE somente poderá ser extinta por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros componentes da assembleia geral extraordinária, convocada especificamente para este fim.

Art. 45 - O presente Estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte, a qualquer tempo, por decisão de pelo menos dois terços dos membros componentes da assembleia geral extraordinária, convocada especificamente para este fim.

Art. 46 - Os casos omissos e as situações não previstas no presente Estatuto serão solucionadas pela Diretoria, de acordo com a competência e demanda em questão, e referendadas pela assembleia geral.

Capítulo IX - Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 47 - As disposições deste estatuto entram em vigor na data da constituição da AFITE.

Art. 48 - Fica eleito o foro da Comarca de Trindade - Goiás, para dirimir quaisquer questões quanto ao funcionamento da AFITE.

Trindade, 12 de Dezembro de 2018.

Luiz Fernando R. Tavares
Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO-17.249

[Handwritten signature]



REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - TÍTULOS - DOCUMENTOS - PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
CIDADE TRINDADE GOIÁS - FONE.: (62) 3505-1441 - (62) 3505-6125 - Geraldo Saldanha Pimenta Júnior - Tabelião
Rua Moisés Batista - nº 75 - Centro - e-mail: cartorionotastrindade@hotmail.com

Selo: 05011503041740132000058
Protocolo: 30.070 Registrado: 633
Livro: A-56 Folha(s): 27 a 56
Trindade-GO, 17 de janeiro de 2019.
Em Teste *[Signature]* Verdade.



Taynara Fernanda Alves de Assis - Escrevente
Tx. Jud.: R\$ 13,54; Emol.: R\$ 210,15; ISSQN: R\$ 6,45; Fundos: R\$ 82,39
Total: R\$ 312,56.

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMOVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alcântara Costa - Tabelião e Oficial Substituto

04781911296563609490329 - Consulte
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>
Autentico a presente fotocópia por conferir com original que me foi apresentado. *****
Dou fé. *0084* 295370. Trindade-GO, 06 de dezembro de 2019.

Em Teste *[Signature]* da Verdade.
Elaine Martins de Aguiar - Escrevente

[Vertical stamp and handwritten text on the right margin]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
COMARCA DE GOIÁS

N.º : **109156650416**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que, na COMARCA DE GOIÁS, NADA CONSTA **contra**:

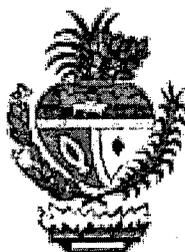
Requerente : joao marcelo gomes da silva mafra
Nome da Mãe : maria carmen de souza mafra
Data de Nascimento : 23/12/1979
CPF : 70586020187

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109156650416**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 17:13:06
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : 109850246686

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : joao marcelo gomes da silva mafra

Nome da Mãe : maria carmen de souza mafra

Data de Nascimento : 23/12/1979

CPF : 70586020187

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positivam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109850246686

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 09:42:12
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

N.
o : **109450221488**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : joao marcelo gomes da silva mafra
Nome da Mãe : maria carmen de souza mafra
Data de Nascimento : 23/12/1979
CPF : 70586020187

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109450221488**

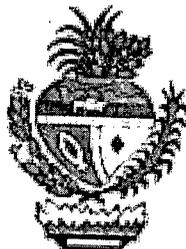
Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 12:46:40

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

N.
o : 109050221445

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : joao marcelo gomes da silva mafra
Nome da Mãe : maria carmen de souza mafra
Data de Nascimento : 23/12/1979
CPF : 70586020187

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109050221445

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 12:58:07

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



Nº 3763448



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **JOAO MARCELO GOMES DA SILVA MAFRA** nem contra o **CPF: 705.860.201-87**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (portal.trf1.jus.br/), informando-se o número de controle acima descrito.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 05/12/2019 às 09:51 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 05/12/2019, 09h51min. e 05/12/2019, 09h51min.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOAO MARCELO GOMES DA SILVA MAFRA**

Inscrição: **0417 3547 1015**

Zona: 049

Seção: 0163

Município: 96253 - TRINDADE

UF: GO

Data de nascimento: 23/12/1979

Domicílio desde: 29/09/2003

Filiação: - MARIA CARMEM DE SOUZA MAFRA
- RAIMUNDO ILIDIO MAFRA

Certidão emitida às 11:05 em 05/12/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

UD6Q.LJYG.1+AU.LRND



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
48672701**

Certificamos que contra

Nome: **JOAO MARCELO GOMES DA SILVA MAFRA**

CPF: **705.860.201-87**

Data de Nascimento: **23/12/1979**

Nome da mãe: **MARIA CARMEN DE SOUZA MAFRA**

NADA CONSTA

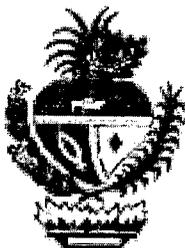
no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 04/12/2019 às 15:29:20 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

**Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias**



30



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N.
o : 109050209478

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : joarla tereza moraes
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 05/07/1982
CPF : 96379553134

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positivam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109050209478

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 10:44:34
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
COMARCA DE GOIÁS

N^o : 109856638342

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que, na COMARCA DE GOIÁS, NADA CONSTA **contra**:

Requerente : joarla tereza moraes
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 05/07/1982
CPF : 96379553134

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109856638342

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 5 de dezembro de 2019, às 09:16:35
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

N^o : **109550291417**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : joarla tereza moraes
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 05/07/1982
CPF : 96379553134

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109550291417**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 12:51:53
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

N^o : 109050261440

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : joarla tereza moraes
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 06/07/1982
CPF : 96379553134

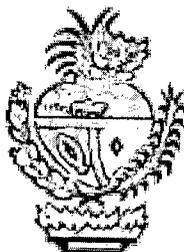
ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109050261440

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 12:58:59
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CÍVEIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : 109850209443

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente : joarla tereza moraes
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 05/07/1982
CPF : 96379553134

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109850209443

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 10:43:17
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Nº 3763487



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **JOARLA TEREZA MORAES SALES** nem contra o **CPF: 963.795.531-34**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (portal.trf1.jus.br/), informando-se o número de controle acima descrito.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 05/12/2019 às 09:53 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 05/12/2019, 09h53min. e 05/12/2019, 09h53min.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOARLA TEREZA MORAES SALES**

Inscrição: **0433 4139 1007**

Zona: 049 Seção: 0163

Município: 96253 - TRINDADE

UF: GO

Data de nascimento: 05/07/1982

Domicílio desde: 14/10/1999

Filiação: - MARIA NILVA ROQUE DE MORAES SALES
- JORDANEZ SOUTO SALES

Certidão emitida às 11:01 em 05/12/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

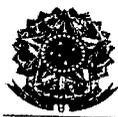
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

GFCM.KNØ0.20KX.Z17Q

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
48629284

Certificamos que contra

Nome: **JOARLA TEREZA MORAES SALES**

CPF: **963.795.531-34**

Data de Nascimento: **05/07/1982**

Nome da mãe: **MARIA NILVA ROQUE DE MORAES**

NADA CONSTA

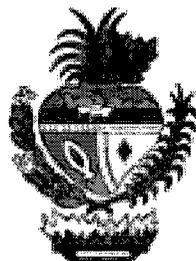
no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 04/12/2019 às 15:35:50 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

N.
o : **109556904854**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : JOARLANA MORAES SALES
Nome da Mãe : MARIA NILVA ROQUE DE MORAES
Data de Nascimento : 06/10/1986
CPF : 02118499108

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109556904854**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 11 de dezembro de 2019, às 10:47:04
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 11 de dezembro de 2019





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOARLANA MORAES SALES**

Inscrição: **0537 5769 1066**

Zona: 049 Seção: 0053

Município: 96253 - TRINDADE

UF: GO

Data de nascimento: 06/10/1986

Domicílio desde: 19/04/2004

Filiação: - MARIA NILVA ROQUE DE MORAES SALES
- JORDANEZ SOUTO SALES

Certidão emitida às 10:50 em 05/12/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

XØHU.RPØ8.ØFMG.T8RE

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **JOARLANA MORAES SALES** nem contra o **CPF: 021.184.991-08**.

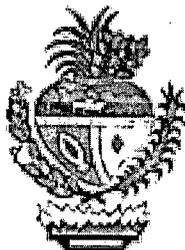
Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (portal.trf1.jus.br/), informando-se o número de controle acima descrito.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 05/12/2019 às 09:55 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 05/12/2019, 09h55min. e 05/12/2019, 09h55min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
COMARCA DE GOIÁS

N^o : 109356698224

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que, na COMARCA DE GOIÁS, NADA CONSTA **contra**:

Requerente : joarlana moraes sales
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 06/10/1986
CPF : 02118499108

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109356698224

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 5 de dezembro de 2019, às 09:24:17
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : 109250296109

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : joarlana moraes sales
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 06/10/1986
CPF : 02118499108

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positivam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109250296109

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 09:59:54
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

N^o : 109450261457

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : joarlana moraes sales
Nome da Mãe : maria nilva roque de moraes sales
Data de Nascimento : 06/10/1984
CPF : 02118499108

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109450261457

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 12:53:24

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
48647335

Certificamos que contra

Nome: **JOARLANA MORAES SALES**

CPF: **021.184.991-08**

Data de Nascimento: **06/10/1986**

Nome da mãe: **MARIA NILVA ROQUE DE MORAES**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 04/12/2019 às 15:34:14 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CÍVEIS
COMARCA DE GOIÁS

N^o : 109756698267

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que, na COMARCA DE GOIÁS, NADA CONSTA **contra**:

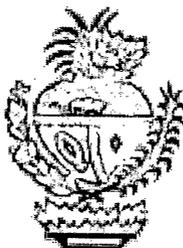
Requerente : rogerio taveira miguel
Nome da Mãe : ana maria taveira miguel
Data de Nascimento : 30/12/1968
CPF : 00633140708

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109756698267

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 5 de dezembro de 2019, às 09:22:57
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

N^o : 109950239420

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : rogerio taveira miguel

Nome da Mãe : ana maria taveira miguel

Data de Nascimento : 06/10/1986

CPF : 00633140708

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positavam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 109950239420

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

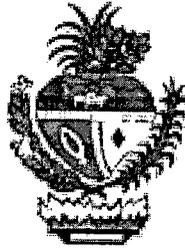
Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 10:39:29

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

N.
o : **109050281459**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : rogerio taveira miguel
Nome da Mãe : maria nilva roque de Moraes Sales
Data de Nascimento : 30/12/1968
CPF : 00633140708

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109050281459**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 12:55:10
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

N.
o : **109750211223**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : rogerio taveira miguel
Nome da Mãe : ana maria taveira miguel
Data de Nascimento : 30/12/1968
CPF : 00633140708

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **109750211223**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 4 de dezembro de 2019, às 13:58:17
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 4 de dezembro de 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **ROGERIO TAVEIRA MIGUEL** nem contra o **CPF: 006.331.407-08**.

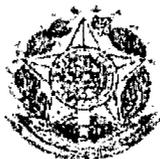
Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (portal.trf1.jus.br/), informando-se o número de controle acima descrito.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 05/12/2019 às 09:57 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 05/12/2019, 09h57min. e 05/12/2019, 09h57min.



JUSTIÇA ELEITORAL
CAE - TRINDADE - GO
RUA SÃO SEBASTIÃO QD02 LT03 Telefone 62 35051618

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ROGERIO TAVEIRA MIGUEL**
Inscrição: **021622311007** Zona: 49 Seção: 180
Município: 96253 - TRINDADE UF: GO
Data de nascimento: 30/12/1968 Domiciliado desde: 11/09/2003
Filiação: - ANA MARIA TAVEIRA MIGUEL
- ANTONIO MIGUEL DA SILVA

Em 5 de dezembro de 2019.

APARECIDA CORREA GUIMARÃES
SERVIDORA REQUISITADA DA 49ª ZGO

Cartório da 49ª Zona Eleitoral de Goiás
Rua São Sebastião, Qd. 02, Lt. 03
Jardim Primavera - Trindade-GO
CEP: 75 380-000

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
48693789

Certificamos que contra

Nome: **ROGERIO TAVEIRA MIGUEL**

CPF: **006.331.407-08**

Data de Nascimento: **30/12/1968**

Nome da mãe: **ANA MARIA TAVEIRA MIGUEL**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 04/12/2019 às 15:31:11 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias



LEI Nº 1.914

DE, 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"Declara de utilidade pública a Associação Filhos de Trindade e dá outras providências".

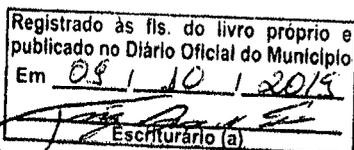
A CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE APROVA, E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Filhos de Trindade, Associação Filantrópica sem fins lucrativos, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 32.688.199/0001-89, com sede na Rua Luiz Alves de Carvalho, Nº 191, Qd. 08, Lt. 10, Vila Santa Inês, neste município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRINDADE-GO.,
ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro de 2019.


JÂNIO CARLOS ALVES FREIRE
-Prefeito Municipal-





POLÍCIA CIVIL



DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
2º DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
2º DELEGACIA DISTRITAL DE TRINDADE

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a **Associação Filhos de Trindade – AFITE**, CNPJ n. 32.688.199/000-89, foi constituída no Município de Trindade com a finalidade de promover ações sociais com destaque neste município.

Trindade - GO, 25 de janeiro de 2019.

Fabricio Flávio Rodrigues Pereira e Souza
Delegado de Polícia
Titular da 2ª DDP/Trindade

1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Moisés Batista, 199 - Centro - CEP 75388-708 - Trindade - GO
José Augusto D'Alcântara Costa Diogo Oliveira D'Alcântara Costa
Tabelião e Oficial Tabelião e Oficial Substituto

04781911296563609490327 - Consulte
<http://extrajudicial.tigo.jus.br/selo>

Autentico a presente fotocopia por conferir com original que me foi apresentado. *****
Dou fé. *0084 *435363. Trindade-GO, 06 de dezembro de 2019.

Em Teste *Elaine Martins de Aguiar* da Verdade.
Elaine Martins de Aguiar - Escrevente

PROCESSO LEGISLATIVO
2020000988



Autuação: 20/02/2020
Projeto: 1186 - AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. KARLOS CABRAL
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA QUE ESPECIFICA. (ASSOCIAÇÃO FILHOS DE TRINDADE - AFITE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE TRINDADE - GO).



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS
A CASA É SUA



PROJETO DE LEI Nº 1186 DE 11 DE *Agosto* DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
A PUBLICAÇÃO SE ENCONTRA EM
MATERIALIZAÇÃO COM SEQUÊNCIA
DE INSCRIÇÃO DE CADASTRO NACIONAL
DE PREPARAÇÃO / 02 / 120 20
EM _____ / _____ / 20__
1º Secretário

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FILHOS DE TRINDADE – AFITE inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 32.688.199/0001-89, com sede no município de Trindade – GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM _____ DE _____ DE 2019.

KARLOS CABRAL- PDT
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa declarar de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO FILHOS DE TRINDADE – AFITE**, com os fins que especifica.

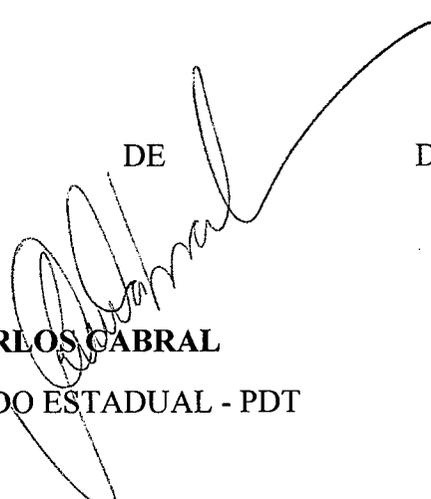
A associação tem por objetivo prestar serviços nas áreas de saúde e em prol das comunidades menos assistidas, com a finalidade de promover a assistência social, nas áreas jurídicas e de moradia, de educação gratuita com o desenvolvimento de atividades, programas e cooperação de ensino e pesquisas, promoção gratuita de saúde, de forma complementar as ações de saúde pública, desenvolvimento econômico e social do município de Trindade, com a elaboração de programas e projetos de governança e a integração do setor governamental com a iniciativa privada, atividades desportivas com o desenvolvimento de ações programas e projetos na área do esporte e lazer, fiscalização das atividades políticas do município, envolvimento econômico e social, fomento ao turismo na região do município.

A AFITE se dedicará às atividades por meio de elevar a qualidade de vida da população vulnerável, por meio de ações de saúde, educação, desenvolvimento pessoal e comunitário, sem qualquer forma de discriminação.

Diante do exposto, entendemos que seja uma medida de grande relevância social a presente propositura, para que a entidade que continuar a desenvolver medidas, ações e projetos que visem reivindicar benefícios, defender, lutar e zelar pelos interesses comuns de nossa comunidade.

Solicitamos a aprovação pelos Ilustres pares da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

SALA DAS SESSÕES, EM _____ DE _____ DE 2019.


KARLOS CABRAL

DEPUTADO ESTADUAL - PDT



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ao Sr. Dep. (s) Luca Calil

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 27 / 02 / 2020 .

Presidente: _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.688.199/0001-89 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/01/2019
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO FILHOS DE TRINDADE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
AFITE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

- 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais
- 85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
- 85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico
- 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
- 85.91-1-00 - Ensino de esportes
- 85.92-9-01 - Ensino de dança
- 85.92-9-03 - Ensino de música
- 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
- 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
- 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
- 86.30-5-04 - Atividade odontológica
- 86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana
- 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
- 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
- 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente
- 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
- 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
R LUIZ ALVES DE CARVALHO

NÚMERO
191

COMPLEMENTO
QUADRA08 LOTE 10

CEP
75.390-200

BAIRRO/DISTRITO
VILA SANTA INES

MUNICÍPIO
TRINDADE

UF
GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
AFITETRINDADE@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(62) 9979-4846

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
17/01/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Trindade - GO
 Protocolo Nº **32.816**

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.
 Emitido no dia 11/11/2019 às 23:10:26 (data e hora de Brasília).



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

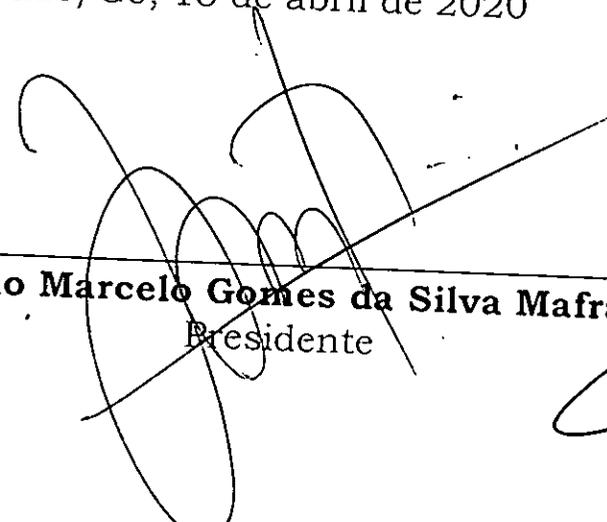
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE TRINDADE - AFITE

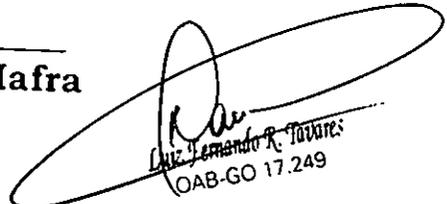
O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE TRINDADÉ - AFITE, no regular exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 17, I do Estatuto Social, convocam todos os associados e interessados para comparecerem no endereço, sito a rua Padre João Cardoso, qd. 35, It. 1, Cristina 2 Expansão, Trindade, Goiás, para assembleia geral ordinária e extraordinária na data de 29 de abril de 2020, às 19:30 horas, em primeira convocação, e às 20:00 horas, em segunda convocação, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

- a) Conhecer e julgar as contas da Diretoria, relativas ao exercício anterior;
- b) Alteração de seu estatuto.

Referido edital será publicado em jornal de grande circulação.

Trindade/Go, 13 de abril de 2020


João Marcelo Gomes da Silva Mafra
Presidente


Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Trindade - GO
Protocolo nº 32.816



ATA DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE TRINDADE - AFITE

Aos 29 dias de abril de 2020, as 20:00 horas, em segunda convocação, nos termos do Edital de Convocação, realizou-se na rua Padre João Cardoso, qd. 35, lt. 1, Cristina 2 Expansão, Trindade, Goiás, assembleia geral ordinária e extraordinária, com a presença registrado na lista de presença anexa, contando ainda com a presença dos advogados Luiz Fernando Rodrigues Tavares, OAB/GO 17.249. Foi eleito para presidir os trabalhos o Presidente da AFITE – João Marcelo Gomes da Silva Mafra, que convidou a Sra. Joarla Tereza Moraes, Diretora Administrativo-Financeira, para secretariar os trabalhos.

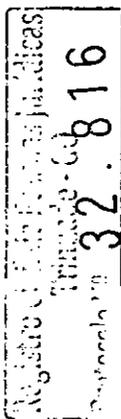
Iniciando os trabalhos, o presidente leu o Edital de Convocação para assembleia geral ordinária e extraordinária:

“O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE TRINDADE - AFITE, no regular exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 17, I do Estatuto Social, convocam todos os associados e interessados para comparecerem no endereço, sito a rua Padre João Cardoso, qd. 35, lt. 1, Cristina 2 Expansão, Trindade, Goiás, para assembleia geral ordinária e extraordinária na data de 29 de abril de 2020, às 19:30 horas, em primeira convocação, e às 20:00 horas, em segunda convocação, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

- a) Conhecer e julgar as contas da Diretoria, relativas ao exercício anterior;
- b) Alteração de seu estatuto.”

O Presidente apresentou as contas da Diretoria, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, aprovando os presentes, por unanimidade, as contas da Diretoria.

O Presidente propôs duas alterações no estatuto social, referente a mudança da sede da associação e o impedimento a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal



Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249



da AFITE, referente aos artigos 2º e 10 do Estatuto Social. As propostas foram aprovadas por unanimidade. Os artigos 2º e 10 do Estatuto Social ficaram com as seguintes redações, após as alterações promovidas nesta assembleia:

“Art. 2º. A AFITE tem sede na rua Padre João Cardoso, qd. 35, lt. 1, Cristina 2 Expansão, Trindade, Goiás, CEP 75389 - 307.

Art. 10. Os Diretores e membros do Conselho Fiscal da AFITE não serão remunerados pela AFITE.”

Nada mais havendo, mandou o senhor Presidente que a presente ata fosse encerrada às 21:00 horas, que depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Presidente da assembleia e por mim secretário.

João Marcelo Gomes da Silva Mafra
Presidente

Joarla Tereza Moraes Sales
Secretário

Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Trindade - GO
Protocolo nº 32.816

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - TÍTULOS - DOCUMENTOS
PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
Geraldo Saldanha Pimenta Júnior - Tabelião
CIDADE TRINDADE GOIÁS - FONE: (62) 3505-1441 - (62) 3505-6125
Av. Coronel Anacleto, nº 356, Centro, Trindade - GO, Cep 75.389-492

CARTÓRIO GERALDO Saldanha Pimenta Júnior - Tabelião
CARTÓRIO GERALDO Saldanha Pimenta Júnior - Tabelião





LISTA DE PRESENÇA

ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE TRINDADE – AFITE

DATA: 29/04/2020

ASSOCIADOS FUNDADORES:

João Marcelo Gomes da Silva Mafra, RG 3421287 SSP/GO, CPF/MF 705.860.201-87, residente e domiciliado na rua 18, n. 242, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000.

Victor Hugo Dias Ferreira, RG n. 6164845 SSP/GO, CPF/MF 025.059.121-90, residente e domiciliado na Alameda dos Braz, qd. 1, lt. 2, Vila João Braz, Trindade, Goiás, CEP 75380-000

Victor Hugo D. Ferreira

Lucas Fernandes Peres, RG n. 6046869 SSP/GO, CPF/MF 701.475.161-10, residente e domiciliado na rua 9, s/n, bl. 13, apto. 104, Chácara Santa Luzia, Trindade, Goiás, CEP 75387-210.

Lucas Fernandes Peres

Analder Brandão Silva, RG 3411792 SESP/GO, CPF/MF 863.514.351-53, residente e domiciliado na avenida das Paineiras, qd. 93, lt. 6, s/n, Setor Ponta Kayana, Trindade, Goiás.

Analder

Joarla Tereza Moraes, RG 4197820 SSP/GO, CPF/MF 963.795.531-34, residente e domiciliado na rua C-55, n. 71, Bloco C, apt. 304, Setor Sudoeste, Goiânia, Goiás, CEP 74.305-440.

Joarla

Fernando R. Moraes
OAB-GO 17.249

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Trindade - GO
Domicílio nº 32.816

Rogério Taveira Miguel, RG n. 6418 CRM/GO, CPF/MF 006.331.407-08, residente e domiciliado na rua 13, n. 210, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000.

Joarlana Moraes Sales, RG n. 4981338 DGPC/GO, CPF/MF 021.184.991-08, residente e domiciliado na rua 18, n. 242, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000.

Joarlana M. Sales

Marcio de Souza Guedes, RG 3366010 SPTC/GO, CPF/MF 925.947.431-00, residente e domiciliado na rua 33, n. 148, qd. 144, It. 20, Vila Pai Eterno, Trindade, Goiás, CEP 75380-000.

Marcio de Souza Guedes

Jorge Henrique Alves Borges, RG 2538991 SSP/PB, CPF/MF 008.960.534-90, residente e domiciliado na rua da Constituição, n. 449, Vila Jardim Salvador, Trindade, Goiás, CEP 75338-436.

Jorge Henrique Alves Borges

Marina Leocádio Ortolani, RG 4657789 SSP/GO, CPF/MF 730.101.971-87, residente e domiciliado na rua Honorato Pereira Lopes, qd. B, It. 2, s/n, Chácara 2, Chácara Estâncias Aroeiras, Trindade, Goiás.

Marina Le. Ortolani

Luiz Fernando R. Taveira
OAB-GO 17.249

Registro Civil, Trindade, Goiás
32.816



ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO FILHOS DE TRINDADE - AFITE

CAPÍTULO I - Da Denominação, Prazo, Natureza e Sede

Art. 1º - A Associação Filhos de Trindade, doravante denominada AFITE, é uma entidade civil de interesse social, sem finalidade econômica, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, com prazo indeterminado

Art. 2º. A AFITE tem sede na rua Padre João Cardoso, qd. 35, lt. 1, Cristina 2 Expansão, Trindade, Goiás, CEP 75.389-307.

Art. 10. Os Diretores e membros do Conselho Fiscal da AFITE não serão remunerados pela AFITE. ”

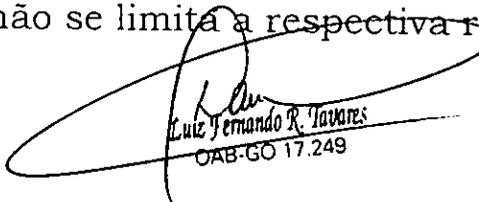
Capitulo II – Das Finalidades

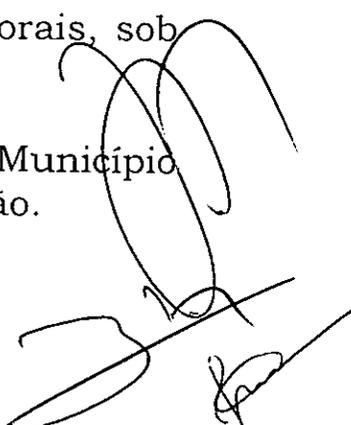
Art. 3º – Os objetivos sociais da AFITE são:

- a) promoção de assistência social, nas áreas jurídica e de moradia;
- b) promoção gratuita da educação, com o desenvolvimento de atividades, programas e cooperação do ensino e pesquisa;
- c) promoção gratuita da saúde, de forma complementar as ações de saúde pública;
- d) promoção do desenvolvimento econômico e social do Município de Trindade, com a elaboração de programas e projetos de governança e a integração do setor governamental com a iniciativa privada;
- e) promoção as atividades desportivas com o desenvolvimento de ações, programas e projetos na área do esporte e lazer;
- f) fomento ao Turismo na região do Município de Trindade.

§ Único – É expressamente vedado a participação da AFITE em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 4º - A AFITE atua prioritariamente na região do Município de Trindade, contudo não se limita a respectiva região.


Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Trindade - GO
Protocolo nº 32.816

Art. 5º - A AFITE, para consecução de suas finalidades, poderá firmar parcerias com entidades civis, entes públicos, no âmbito federal, estadual e municipal, órgão do Poder Judiciário e Legislativo.

CAPÍTULO III – Dos Princípios

Art. 6º - A AFITE rege-se pelos seguintes princípios:

- a) legalidade, com observância estrita da legislação vigente e cumprimento do estatuto social;
- b) impessoalidade, com atendimento a todas as pessoas que necessitam dos serviços da AFITE, sem qualquer distinção, e livre associação, exceto nos casos expressamente vedados por este estatuto;
- c) moralidade, com adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.
- d) publicidade, divulgação de suas atividades em órgãos da imprensa e com a disponibilização destes dados a toda a comunidade;
- e) economicidade, com a contratação de compras e a prestação de serviços, por meio de processo de tomada de preços, respeitados os valores praticados no mercado;
- f) eficiência, visando cumprir suas atividades com grande abrangência de pessoas e com foco nos resultados.

§ Único - Visando fiscalizar e incentivar o cumprimento dos princípios e regras internas, a AFITE instituirá programa de compliance, com auditorias independentes com periodicidade mínima de um ano.

CAPÍTULO IV – Dos Órgãos Deliberativos e Fiscais

Art. 7º - São órgãos da AFITE:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

Art. 8º - Não é permitida a acumulação de funções nos órgãos da AFITE.

Luiz Fernando R. Tavares
DAB-GO 17.249

Protocolo nº 32.816

Art. 9º - É permitida a participação de servidores públicos na composição do conselho fiscal ou da diretoria da AFITE.

Art. 10. Os Diretores e membros do Conselho Fiscal da AFITE não serão remunerados pela AFITE.

Art. 11 - São inelegíveis para o desempenho de funções e cargos eletivos nos órgãos da AFITE, os associados:

- a) inadimplentes na prestação de contas na própria entidade;
- b) afastados de cargos públicos efetivos ou de confiança em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária;

Art. 12 - Sempre que vagar um cargo na AFITE, o seu substituto completará o tempo restante do mandato.

Art. 13 - Nenhum membro poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo superior a 90 (noventa) dias.

SEÇÃO I - Da Assembleia Geral

Art. 14 - A Assembleia Geral será constituída por todos os associados, sendo o órgão de deliberação coletiva da AFITE.

§ 1º. Nas Assembleias, cada associado terá direito a voto.

§ 2º. Só poderão participar das Assembleias, os associados que estiverem em pleno gozo de seus direitos políticos e de associados.

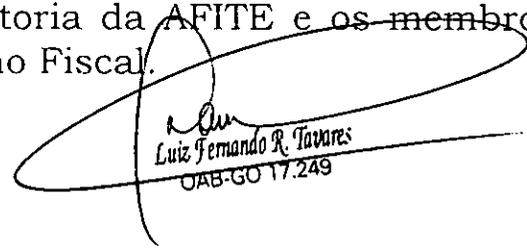
Art. 15 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no mês de abril para:

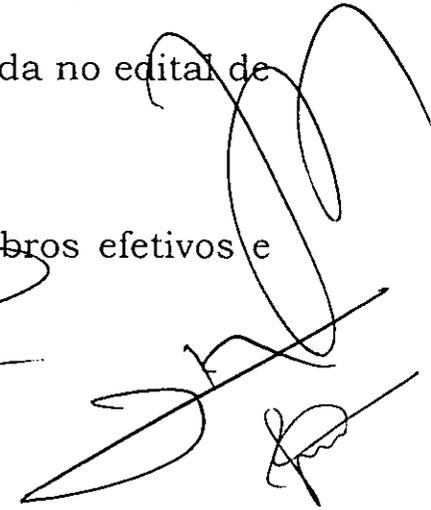
I - Anualmente:

- a) conhecer e julgar as contas da Diretoria, relativas ao exercício anterior, devidamente instituídas com o parecer do Conselho Fiscal;
- b) decidir a respeito de qualquer matéria incluída no edital de convocação.

II - Bienalmente:

- a) para eleger a diretoria da AFITE e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.


Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249



Região C. Juízo de 1ª Instância Judicial
Tribunal de Justiça - GO
Protocolo nº 2.816



Art. 16 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) Oreencher os cargos vagos, caso o substituto do membro eleito não possa assumir a vaga do titular;
- b) destituir, mediante voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados, qualquer membro dos órgãos da AFITE;
- c) aprovar ou não a concessão de títulos honoríficos, conforme previsto neste Estatuto;
- d) autorizar o Presidente da AFITE, mediante proposta da Diretoria instruída com parecer do Conselho Fiscal, adquirir, alienar ou gravar bens imóveis;
- e) reformar o Estatuto por iniciativa do Presidente da AFITE, mediante o voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados;
- f) decidir a respeito da extinção ou fusão da entidade e destinação de seus bens, pelo voto da unanimidade dos presentes, exigido "quórum" de 2/3 (dois terços) dos associados.

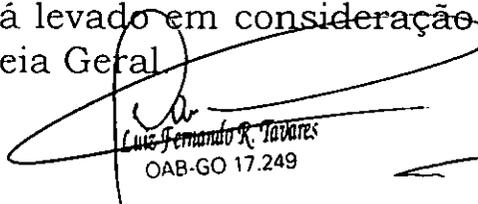
Art. 17 - A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da AFITE e obedecerá aos seguintes critérios:

- a) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de sua realização, quando se tratar de reuniões anuais, para decisão na forma prevista do inciso I do Art. 15 deste Estatuto;
- b) Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data marcada para a realização da Assembleia Geral eletiva, conforme previsto no inciso II do Art. 15 deste Estatuto.

Art. 18 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á através de Edital publicado em órgão da imprensa e encaminhado aos associados através de Circular (art. 22º, inciso III, da Lei 9.615/98) comunicando a forma, finalidade, dia, mês, data, hora da primeira convocação ou segunda convocação e local com endereço completo, coma a antecedência prevista nos itens "a" e "b" do Art. 17 deste Estatuto.

§ 1º. Os candidatos a Diretoria e membros do Conselho Fiscal deverão ser registrados na Secretaria da AFITE, até no mínimo 5 (cinco) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral, conforme previsto no Inciso II do Art. 15.

§ 2º. Para efeito da contagem de prazo a que se refere o parágrafo anterior não será levado em consideração o dia em que se realizará a Assembleia Geral


Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249

Registro Civil das Empresas Jurídicas
Tribunal de Goiás
32.816

§ 3º. Somente serão consideradas válidas as inscrições que se apresentarem completas, ou seja, com o nome do Presidente e dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

Art. 19 - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, em segunda e última convocação com qualquer número, salvo nas hipóteses em que é exigido "quórum" especial.

Art. 20 - A Assembleia Geral não poderá deliberar sobre matéria estranha à Ordem do Dia.

Art. 21 - As eleições previstas no Art. 15, inciso II, serão realizadas por escrutínio ou por votação nominal em aberto.

Art. 22- Nas Assembleias Gerais, o Presidente da AFITE, ou seu substituto eventual, abrirá a reunião, escolhendo um de seus membros presentes para secretariar os trabalhos, que ficará responsável pela lavratura da ata.

Art. 23 - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente por iniciativa do Presidente da AFIT, do Conselho Fiscal ou por solicitação escrita de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados que estejam em pleno gozo de seus direitos.

SEÇÃO II - Da Diretoria

Art. 24 - A Diretoria da AFITE é constituída pelo Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Social e de Ações Integradas e Diretor de Relações Institucionais, eleitos na forma do Art. 15, inciso II, deste Estatuto com mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

Art. 25 - Competem ao Presidente, além de outras atribuições previstas neste Estatuto:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e decisões emanadas da Assembleia Geral;
- b) coordenar, supervisionar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, financeiras e operacionais da Associação;
- c) apresentar à Assembleia Geral, o relatório da sua administração do exercício anterior, juntamente com o balanço

32.816



Art. 30 - Os membros da Diretoria não respondem solidariamente pelas obrigações que contraírem em nome da AFIT, na prática de ato regular de sua gestão, mas assume responsabilidade pelos prejuízos que der causa em virtude de infração de lei.

SEÇÃO III - Do Conselho Fiscal

Art. 31 - O Conselho Fiscal, órgão dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas pela AFIT, será constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º. Competem ao Conselho Fiscal:

- a) examinar trimestralmente os livros, documentos e balancetes;
- b) apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento econômico e financeiro da AFITE;
- c) opinar sobre a cobertura de créditos adicionais ao orçamento;
- d) opinar sobre as operações patrimoniais da AFITE;
- e) denunciar à Assembleia Geral erros administrativos financeiros ou qualquer violação no Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive, para que possa em cada caso exercer a sua função fiscalizadora;
- f) convocar a Assembleia Geral quando ocorrer motivo grave e urgente.

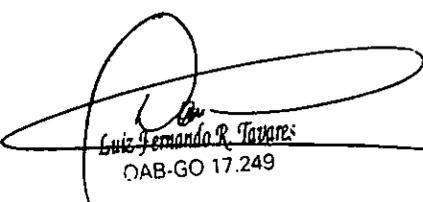
§ 2º. O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus membros efetivos.

§ 3º. O Conselho Fiscal se reunirá uma vez por semestre e extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente da AFITE, pela Assembleia Geral ou por um de seus membros.

§ 4º. Não poderá ser membro do Conselho Fiscal ascendente, descendente, cônjuge, ou colateral até 4º grau consanguíneo ou por afinidade do Presidente ou da Diretoria da AFITE.

§ 5º. As funções de membro do Conselho Fiscal são incompatíveis com o exercício de qualquer outro cargo na AFITE.

Capítulo V - Dos Associados


Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249

32.816

- do movimento econômico, instruído com parecer do Conselho Fiscal;
- d) convocar os poderes e órgãos internos da Associação;
 - e) convocar o Conselho Fiscal;
 - f) autenticar os livros da Associação;
 - g) abrir créditos adicionais, mediante parecer do Conselho Fiscal;
 - h) assinar juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro os cheques e outros documentos que constituem obrigações financeiras;
 - i) presidir as reuniões de Diretoria com direito a voto, inclusive, o de qualidade no caso de empate;
 - j) apresentar 30 (trinta) dias antes do encerramento de cada exercício a proposta orçamentária à Diretoria para vigorar o exercício seguinte;
 - k) representar a AFITE, ativa e passivamente, nas esferas judicial e extrajudicial, podendo constituir procuradores se o interesse assim o exigir;
 - l) celebrar convênios e acordos em benefício da AFITE;
 - m) praticar todo e qualquer ato necessário ao bom desempenho de seu mandato, dando conhecimento à Diretoria.

Art. 26 - Competem ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- a) substituir o Presidente, interinamente, com poderes inerentes ao Cargo, previstos neste Estatuto;
- b) zelar pela conservação dos bens móveis e imóveis da AFITE;
- c) redigir e assinar com o Presidente os atos das sessões da Diretoria;
- d) admitir, suspender, demitir, aplicar penalidades aos colaboradores e/ou associados da AFITE;
- e) dirigir e orientar os serviços patrimoniais e financeiros da AFITE, incluindo os da tesouraria, contabilidade e almoxarifado;
- f) determinar o cronograma financeiro da AFITE;
- g) apresentar ao Presidente, até o dia 15 de janeiro de cada ano o relatório das atividades de sua área de atuação do ano anterior, bem como o balanço anual da AFITE;
- h) apresentar trimestralmente à Diretoria, os balancetes da AFITE;
- i) promover o pagamento das despesas autorizadas pelo Presidente da AFITE;

32.816

Luiz Fernando R. Torres
OAB-GO 17.249



- j) assinar com o Presidente os cheques e documentos que se relacione com as obrigações da Associação;
- k) propor e dar parecer à Diretoria, sobre a compra de bens móveis e imóveis;
- l) elaborar, até 1º de dezembro do ano em vigência, o orçamento do ano seguinte;
- m) manifestar-se sobre a distribuição de verbas;
- n) opinar sobre vencimentos e salários de colaboradores.

Art. 27 - Competem ao Diretor Social e de Ações Integradas:

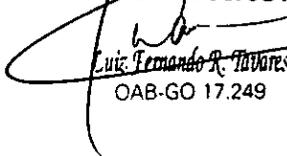
- a) coordenar e supervisionar a organização e divulgação dos eventos sociais e ações integradas da AFITE;
- b) elaborar planos estratégicos de publicidade e propaganda para divulgação e promoção da AFITE;
- c) organizar, planejar, dirigir e divulgar a execução dos eventos sociais e das ações integradas da AFITE;
- d) propor o calendário oficial de eventos e ações integradas da AFITE;
- e) fiscalizar o cumprimento, por parte dos associados, das regras oficiais;
- f) apresentar ao Presidente até o dia 15 de janeiro de cada ano o relatório das atividades de sua área de atuação no ano anterior;
- g) elaborar o calendário anual das atividades sociais e ações integradas da AFITE;

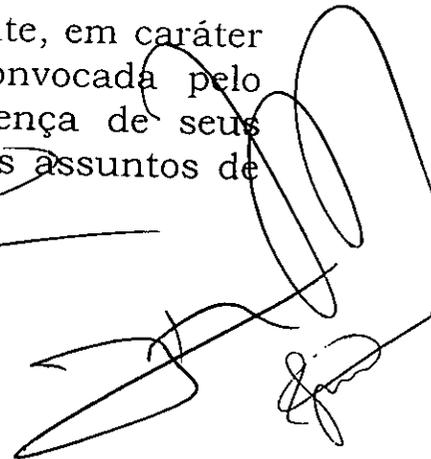
32.816

Art. 28 - Competem ao Diretor de Relações Institucionais:

- a) promover e divulgar a AFITE perante as entidades públicas e privadas;
- b) buscar patrocínios privados e verbas públicas para o custeio da AFITE;
- c) representar a AFITE perante organizações sociais e entidades públicas;
- d) firmar contratos e parcerias com as entidades públicas e privadas.

Art. 29 - A Diretoria reunir-se-á, semestralmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, deliberando sempre com a presença de seus Membros, por maioria simples, para tratar dos assuntos de sua competência, na forma deste estatuto.


Luis Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249



Art. 32 - Os associados da AFITE são pessoas físicas e jurídicas, e são divididos nas seguintes categorias:

- a) fundadores, as pessoas físicas e jurídicas que assinaram os atos constitutivos da AFITE, no ato de sua constituição;
- b) efetivos, as pessoas físicas e jurídicas que venham a ser admitidas na AFITE após o registro deste Estatuto no órgão competente;
- c) colaboradores, as pessoas físicas e jurídicas que venham a ser admitidas na AFITE e fizerem opção por um vínculo de natureza provisória;
- d) beneméritos, as pessoas físicas e jurídicas que venham a ser admitidas na AFITE em razão dos trabalhos realizados e das contribuições realizadas.

Art. 33 - São direitos dos associados:

- a) participar das assembleias gerais com direito a voto;
- b) sugerir e submeter temas e ações de interesse da AFITE para serem debatidos e discutidos pela assembleia geral;
- c) utilizar os convênios e acordos celebrados pela AFITE com empresas prestadoras de serviços, indústria e comércio em geral (ex.: hotéis e pousadas, restaurantes, clínicas médicas, etc.).

Art. 34 - São deveres dos associados:

- a) cumprir o estatuto social, o regimento interno da AFITE e suas normas internas;
- b) pagar pontualmente a contribuição para sua manutenção e os rateios deliberados pela assembleia geral;
- c) cooperar para o desenvolvimento da AFITE e para a consecução de suas finalidades;
- d) zelar pela salvaguarda do patrimônio da AFITE.

Art. 35 - O número de associados é ilimitado, sendo proibida qualquer distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, profissão, convicção política ou religiosa para sua admissão.

§ Único - A condição de associado benemérito será conferida pela Diretoria, em reunião de seus membros.

Art. 36 - Os associados, que não cumprirem as determinações do estatuto, de seu regimento interno ou das demais normas internas, estarão sujeitos às seguintes penalidades.

Luiz Fernando R. Javiers
OAB-GO 17.249

32.816



- I – advertência;
- II – suspensão, por prazo de até dois anos;
- III – exclusão do quadro social.

§ 1º. As penas serão aplicadas:

- I – pela Diretoria, em casos de penas de advertência ou suspensão;
- II – pela assembleia geral, em caso de pena de exclusão.

§ 2º. A pena de exclusão será aplicada ao associado que cometer falta grave, assim entendida a conduta culposa ou dolosa de que resulte prejuízo moral ou material à AFITE, assegurado ao associado prazo de quinze dias para apresentar defesa com as provas que entender plausíveis.

Art. 37 – Os associados não respondem, solidariamente ou subsidiariamente, pelas obrigações sociais da AFITE.

Capítulo VI – Do Patrimônio e das Fontes de Recursos

Art. 38 – As fontes de recursos destinados ao custeio da AFITE são:

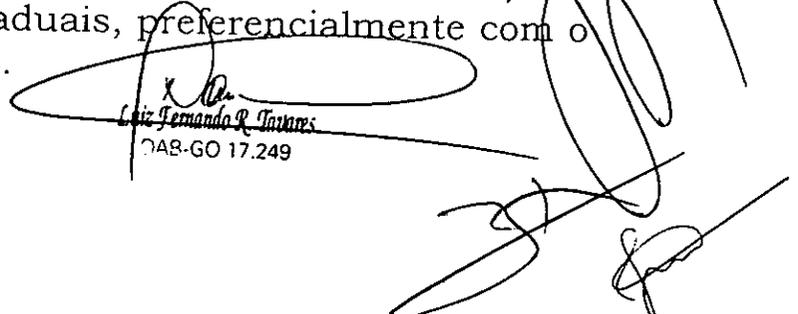
- a) doação de pessoas físicas e jurídicas;
- b) verbas públicas;
- c) honorários pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 39 – Eventuais sobras serão integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, não se permitindo a distribuição destas sobras a qualquer título.

Art. 40 - O patrimônio da AFITE se constitui de bens móveis e imóveis adquiridos ou doados.

§ Único – Os bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria com o Poder Público serão gravados com cláusula de inalienabilidade.

Art. 41 - Em caso de dissolução da AFITE, seu patrimônio disponível será transferido a outra associação qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos das leis federais e estaduais, preferencialmente com o mesmo objeto social da AFITE.


Luiz Fernando R. Torres
OAB-GO 17.249

32.8161



§ Único - No caso da AFITE receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e perder referida qualificação, seu patrimônio disponível será transferido a outra associação qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos das leis federais e estaduais, preferencialmente com o mesmo objeto social da AFITE.

Capítulo VII - Do Regime Financeiro e Da Prestação de Contas

Art. 42 - O ano fiscal da AFITE corresponderá ao ano civil.

Art. 43 - A prestação de contas da AFITE deve observar as seguintes regras:

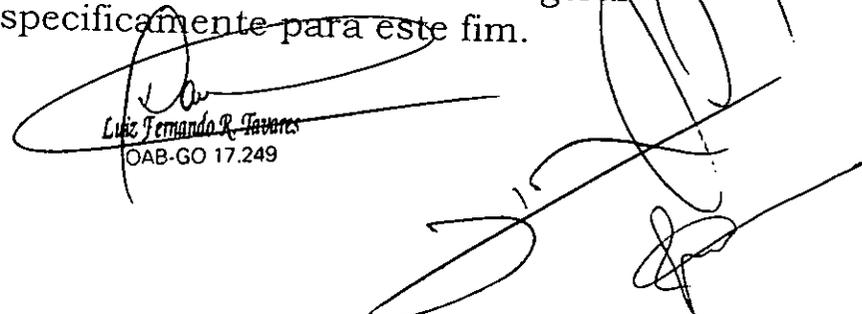
- a) observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) publicação do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da AFITE, incluindo-se as certidões negativas juntos ao INSS e ao FGTS, em jornal local e no sítio eletrônico da AFITE, bem como a disponibilização destas informações, na sede da AFITE, para exame de qualquer cidadão;
- c) realização de auditorias independentes no tocante a aplicação de eventuais recursos objeto de parcerias com o Poder Público.

§ Único - O dever de prestar contas estende-se ao Poder Públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, caso a AFITE receba verbas públicas destes entes políticos.

Capítulo VIII - Da Dissolução e Da Reforma do Estatuto

Art. 44 - A AFITE somente poderá ser extinta por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros componentes da assembleia geral extraordinária, convocada especificamente para este fim.

Art. 45 - O presente Estatuto poderá ser alterado no todo ou em parte, a qualquer tempo, por decisão de pelo menos dois terços dos membros componentes da assembleia geral extraordinária, convocada especificamente para este fim.


Luiz Fernando R. Tavares
OAB-GO 17.249

32.816

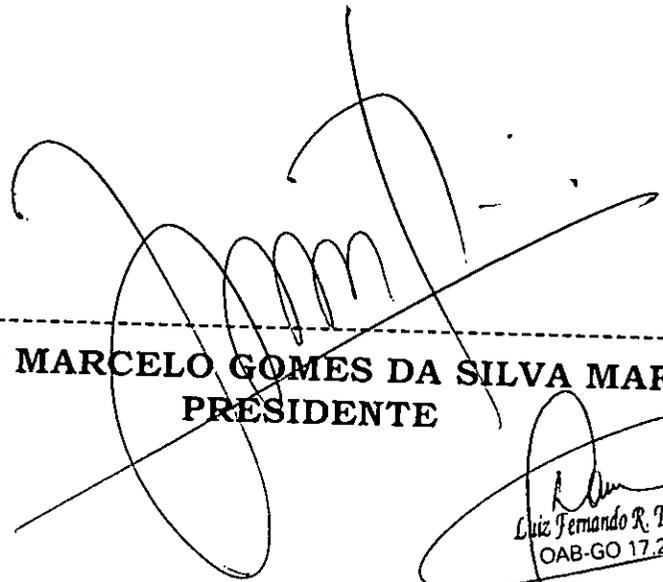
Art. 46 - Os casos omissos e as situações não previstas no presente Estatuto serão solucionadas pela Diretoria, de acordo com a competência e demanda em questão, e referendadas pela assembleia geral.

Capítulo IX - Das Disposições Finais e Transitórias

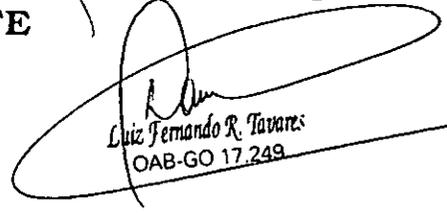
Art. 47 - As disposições deste estatuto entram em vigor na data da constituição da AFITE.

Art. 48 - Fica eleito o foro da Comarca de Trindade - Goiás, para dirimir quaisquer questões quanto ao funcionamento da AFITE.

Trindade, 29 de abril de 2020.



JOÃO MARCELO GOMES DA SILVA MAFRA
PRESIDENTE



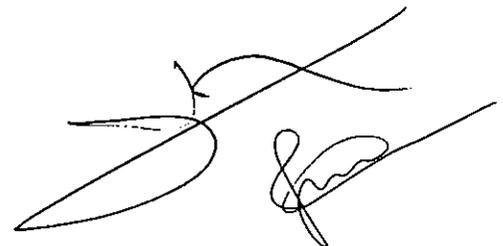
Luiz Fernando R. Tavares
 OAB-GO 17.249

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Trindade - GO
 Protocolo nº 32.816

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - TÍTULOS - DOCUMENTOS
 PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
 Geraldo Saldanha Pimenta Júnior - Tabelião
 CIDADE TRINDADE GOIÁS - FONE.: (52) 3505-1441 - (52) 3505-6125
 Av. Coronel Anacleto nº 486, Centro Trindade-GO., Cep 75 388-692

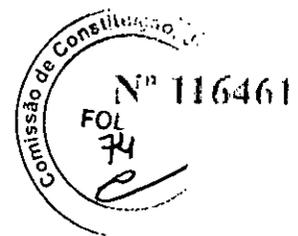


CARTÓRIO GERALDO SALDANHA CARTÓRIO GERALDO SALDANHA CARTÓRIO GERALDO SALDANHA
 Cartório Geraldo Saldanha Pimenta Júnior - Tabelião
 Trindade - GO, 29 de abril de 2020.
 Em Teste da Verdade
 TAYNARA FERNANDA ALVES DE ASSIS, Escrivente ANHACARTÓRIO GO
 ICAR Jud: R\$ 15,02; Emol: R\$ 68,23; JSSON: R\$ 1,75; Fundos: R\$ 23,30 ORR
 Total: R\$ 98,90



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
ESTADUAL



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execução Cíveis, Criminais e JEF mantidos na Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Goiás, que

N A D A C O N S T A

contra **JOAO MARCELO GOMES DA SILVA MAFRA** nem contra o CPF: 705.860.201-87.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas o tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (portal.trf1.jus.br/sjgo/), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link (<http://portal.trf1.jus.br/portalf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 04/05/2020 às 11:42 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 04/05/2020, 11h42min.

Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro - CEP: 74030-090, Goiânia-GO. Fone: (62) 3226-1549. e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVÉIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Goiás, que

NADA CONSTA

contra JOARLA TEREZA MORAES SALES nem contra o CPF: 963.795.531-34.

Observações:

- o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (portal.trf1.jus.br/sjgo/), informando-se o número de controle acima descrito.
- Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo consideradas os processos do P1c.

Certidão Emitida em: 04/05/2020 às 11:43 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 04/05/2020, 11h43min.

Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO. Fone: (62) 3226-1549 e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Goiás, que

NADA CONSTA

contra **RÓGERIO TAVEIRA MIGUEL** em contra o CPF: 006.331.407-08.

Observações:

- o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (portal.trf1.jus.br/sjgo/), informando-se o número de controle acima descrito;
- Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 04/05/2020 às 11:43 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 04/05/2020, 11h43min.

Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO. Fone: (62) 3226-1549. e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Goiás**, que

N A D A C O N S T A

contra **JOARLANA MORAES SALES** nem contra o CPF: 021.184.991-08.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (portal.trf1.jus.br/sjgo/), informando-se o número de controle acima descrito.
- n) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portalf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta Certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 04/05/2020 às 11:44 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 04/05/2020, 11h44min.

Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO, Fone: (62) 3226-1549. e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br



PROCESSO N.: 2020000988
INTERESSADO: DEP. KARLOS CABRAL
ASSUNTO: Declara de utilidade pública a entidade que especifica (Associação Filhos de Trindade - AFITE), com sede no Município de Trindade - GO.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Karlos Cabral, intenciona declarar de utilidade pública a Associação Filhos de Trindade - AFITE, com sede no Município de Trindade - GO.

Da análise da propositura e posterior diligência cumprida, verifica-se que a documentação exigida pela Lei n. 7.371, de 20 de agosto de 1971, foi prontamente atendida, ou seja:

- a) Documento de constituição da entidade atualizado (fls. 57 a 73);
- b) Ata de constituição e composição da atual diretoria (fls. 11 e 12 – conforme dispõe art. 24, fl. 66);
- c) Comprovação em seu Estatuto Social que os membros da diretoria não são remunerados (fl. 64, art. 10);
- d) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (fl. 04);
- e) Atestado emitido por delegado da localidade em que a entidade tem sede (fl. 51); e,
- f) Certidões Cíveis e Criminais Negativas, dos Sistemas de Primeiro e Segundo Grau, da Justiça Estadual e da Justiça Federal e Certidões Criminais Negativas da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar



(fls. 22 a 49 e 74 a 77), todas atualizadas, dos membros da Diretoria.

Com efeito, percebe-se que a propositura não apresenta qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Portanto, somos pela **constitucionalidade e juridicidade** do projeto de lei em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 11 de 05 de 2020.

Deputado Lucas Calil

Relator

Rdmm/Tar

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **FAVORÁVEL À MATERIA.**

Processo Nº 988/2020

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 12 / 05 / 2020.



Presidente: